

SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS
 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

CNPJ: 55.401.178/0011-08

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em reais)							
Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		31.813.619	23.145.627	Circulante		9.788.745	3.904.403
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.444.767	4.330.987	Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.623.789	1.932.377
Contas a receber SES-GO	8	23.195.994	18.738.950	Obrigações fiscais a recolher		178.218	164.960
Estoques	9	98.972	72.287	Salários, encargos e contribuições	13	805.623	691.578
Despesas antecipadas e outros créditos		2.324	2.903	Provisões de férias e contingências	14	6.138.549	763.117
Adiantamentos		71.562	500	Receita diferida	10	42.566	352.372
Não Circulante		327.197	610.836	Não Circulante		2.894.413	2.888.141
Realizável a Longo Prazo		267.178	165.103	Receita diferida	10	14.945	54.570
Depósitos judiciais		267.178	165.103	Contas corrente com a OSS-Fidi	15	940.417	996.536
Ativo fixo da SES-GO	10	57.560	406.942	Provisões	16	1.939.051	1.837.035
Ativo fixo da OSS-Fidi	11	2.460	38.790	Patrimônio Líquido		19.457.659	16.963.919
Total do Ativo		32.140.817	23.756.463	Patrimônio social	17	16.963.919	(1.688.387)
Demonstrações do resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em reais)							
Nota	31/12/2017	31/12/2016		Depreciações e amortizações	10 e 11	(40.272)	(464.247)
Receita líquida	40.148.808	51.307.216		Outras despesas (receitas) operacionais		(121.115)	(185.664)
Superávit (déficit) antes das despesas (receitas) financeiras							
Custos e despesas operacionais						(38.227.608)	(33.026.679)
Salários e encargos		(19.442.869)	(13.095.539)	Despesas financeiras		1.921.200	18.280.537
Serviços de terceiros		(14.603.634)	(15.351.288)	Receitas financeiras		(9.722)	(26.629)
Materiais	9	(2.543.842)	(2.155.819)	Superávit (déficit) do exercício		597.206	398.398
Gerais (água, luz, telefone, aluguel e outras)		(1.475.876)	(1.774.122)		21	2.508.684	18.652.306
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em reais)							
	Patrimônio social		Superávit (déficit) do exercício	Superávit (déficit) acumulado	Avaliação patrimonial		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(7.526.733)		5.837.716	280	350		(1.688.387)
Destinação do déficit anterior	5.838.346		(5.837.716)	(280)	(350)		-
Superávit do exercício	-		18.652.306	-	-		18.652.306
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1.688.387)		18.652.306				16.963.919
Destinação do déficit anterior	18.652.306		(18.652.306)	-	-		-
Superávit (déficit) acumulado	-		(14.945)	-	-		(14.945)
Superávit do exercício	-		2.508.684	-	-		2.508.684
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.963.919		2.493.740				19.457.659
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)							
	31/12/2017	31/12/2016		Adiantamentos		(71.062)	57.637
Atividades Operacionais						(4.656.336)	(6.768.061)
Superávit (déficit) do exercício	2.508.684	18.652.306		Aumento (redução) no passivo			
Itens que não afetam o caixa e equivalentes				Fornecedores e outras contas a pagar		691.412	(983.654)
Depreciações e amortizações	404.649	2.304.689		Obrigações fiscais a recolher		13.258	7.767
Recuperação de depreciações e amortizações de ativos de subvenção	(364.377)	(1.840.442)		Salários, encargos e contribuições		114.046	(20.731)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-		Provisões de férias e encargos		5.375.432	157.479
Constituição de provisão para contingências	102.017	89.102		Contas correntes com a OSS-Fidi		(56.119)	(7.911.547)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-				6.138.029	(8.750.686)
(Aumento) redução no ativo	2.650.973	19.205.655		Caixa Gerado das Atividades Operacionais		4.132.667	3.686.908
Contas a receber	(4.457.093)	(6.845.887)		Atividades de Investimento			
Estoques	(26.685)	36.152		Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis		(18.887)	(8.537)
Despesas antecipadas	579	73.139		Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento		(18.887)	(8.537)
Depósitos judiciais	(102.075)	(89.102)		Aumento (Redução) das Disponibilidades		4.113.780	3.678.371
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016							
1. Contexto Operacional e Desempenho no Ano: A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (Fidi) ("OSS-Fidi") é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo na Avenida Paulista, 1294, 21º andar e cuja atividade preponderante ocorre na área de saúde, conforme o artigo 3º do Estatuto Social. A Entidade é detentora dos seguintes títulos: Utilidade Pública Estadual (UPE), Utilidade Pública Municipal (UPM), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); e qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo, do Município de São Caetano do Sul e do Estado de Goiás. A OSS-Fidi firmou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), em 20 de janeiro de 2012 para implantação e operacionalização da gestão dos serviços de apoio diagnóstico na área de imagem ("Entidade") a serem prestados naquele Estado. Em julho de 2015 foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de gestão incluindo nova unidade de atividades (Hospital de Urgências de Goiânia Lage de Siqueira - HUGOL) e repactuação de repasse de recursos financeiros com alteração de metas de produção. Em 30 de janeiro de 2017 foi assinado o 5º Termo Aditivo (T.A.) prorrogando o contrato por 12 meses. A Entidade executa a emissão remota de laudos de exames por imagem, através de meio informatizado, com contato verbal, em tempo real, entre o técnico captador da imagem e o profissional médico especializado sediado na central, com disponibilização, se necessário, dos equipamentos e pessoal para a realização de exames por imagem definidos pela unidade hospitalar. A seguir, um quadro com as metas previstas totais de exames em comparação com os montantes realizados:		Em 31 de dezembro de 2017					
						Previsto	Realizado
Total de exames						439.200	381.785
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras referem-se individualmente à Entidade, tiveram autorização de emissão por órgão da administração em 08 de março de 2018. Para elaborar tais demonstrações financeiras, primordialmente, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/07, que alterou artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e à divulgação de informações contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância aos Princípios de Contabilidade (PCs) e estão em conformidade com todos eles. Tais Princípios de Contabilidade (PCs) são instituídos no Brasil pela Resolução CFC nº 2016/NBCTSPEC. Além das mencionadas regulamentações, foram levadas em conta as características qualitativas da informação contábil, dispostas na Resolução CFC nº 1.374/11, a qual aprova a NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; a Resolução nº 1.376/11, que trata da NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; demais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis à Entidade e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, notadamente a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.							
3. Formalidade da Escrituração Contábil (Resolução CFC nº 1.330/11 - ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.							

...continuação

SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI - CNPJ: 55.401.178/0011-08

	31/12/2016	Valor	31/12/2017	
	aquisições	consumido		
Materiais médico-hospitalares	64.843	1.769.987	(1.757.609)	77.221
Material administrativo	6.971	13.129	(14.688)	5.412
Material de escritório	473	787.411	(771.545)	16.339
	72.287	2.570.528	(2.543.842)	98.972

10. Ativo Fixo da SES-GO e Receita Diferida: Representam os ativos obtidos por meio de subvenção para investimento e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO). Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição, uma vez que muito bem representavam o valor justo dos ativos na data inicial. As correspondentes depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear levando em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. A despesa correspondente à depreciação e à amortização é compensada pelo reconhecimento da receita diferida, constante no passivo circulante da Entidade.

A composição dos ativos é dada:

31/12/2017 31/12/2016

Classe de ativos da SES-GO	Custo histórico	Depreciação e amortização acumuladas	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	482.759	(482.759)	-	8.588
Equipamentos de informática	1.417.625	(1.417.625)	-	25.623
Direito de uso de softwares	3.223.940	(3.194.369)	29.571	195.801
Equipamentos para digitalização	2.823.096	(2.798.096)	25.000	167.521
Equipamentos médicos	263.760	(263.760)	-	5.763
Móveis e utensílios	214.165	(211.176)	2.989	3.646
Total do Ativo fixo da SES-GO	8.425.345	(8.367.785)	57.560	406.942

A movimentação dos ativos em 31 de dezembro de 2017 é conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2015 2.247.384

Depreciações e amortizações (1.840.442)

Em 31 de dezembro de 2016 406.942

Aquisições 14.946

Ajustes 49

Depreciações e amortizações (364.377)

Em 31 de dezembro de 2017 57.560

A conciliação do saldo inicial com o final da receita diferida é:

Em 31 de dezembro de 2015 2.247.384

(-) Reconhecimento ao resultado (1.840.442)

Em 31 de dezembro de 2016 406.942

Aquisições 14.946

(-) Reconhecimento ao resultado (364.377)

Em 31 de dezembro de 2017 57.511

Os efeitos da subvenção no resultado estão abaixo demonstrados:

Efeito líquido no resultado 31/12/2017 31/12/2016

Depreciação dos ativos da SES-GO (364.377) (1.840.442)

Receita diferida da SES-GO reconhecida ao resultado 364.377 1.840.442

Efeito líquido no resultado - -

11. Ativo Fixo da OSS-Fidi: O imobilizado e o intangível da OSS-Fidi foram registrados pelo custo histórico de aquisição e representam os bens obtidos pela OSS-Fidi e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato.

	31/12/2017	31/12/2016		
Classe de ativos	Custo histórico	Depreciação acumuladas	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.000	(45.000)	-	1.458
Equipamentos de processamento de dados	140.396	(140.396)	-	1.272
Móveis e utensílios	116.344	(113.884)	2.460	4.733
Equipamentos médicos	1.658	(1.658)	-	44
Equipamentos para digitalização	775.277	(775.277)	-	26.291
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
Total do imobilizado	1.078.675	(1.076.215)	2.460	33.798

A movimentação dos ativos em 2017 é conforme disposta abaixo:

Em 31 de dezembro de 2015 495.833

(+) Aquisição 8.537

(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi (1.333)

(-) Depreciação (464.247)

(-) Baixa de adiantamento de ativo -

Em 31 de dezembro de 2016 38.790

(+) Aquisição 3.942

(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi -

(-) Depreciação (40.272)

(-) Baixa de adiantamento de ativo -

Em 31 de dezembro de 2017 2.460

12. Fornecedores e Outras Contas a Pagar 31/12/2017 31/12/2016

Serviços médicos e técnicos a pagar 991.215 1.077.111

Fornecedores de insumos, equipamentos e serviços	1.632.574	855.266
	2.623.789	1.932.377
13. Salários, Encargos e Contribuições	31/12/2017	31/12/2016
Encargos sociais a recolher	230.634	181.066
Salários a pagar	553.716	494.592
Descontos na folha de pagamento	21.273	15.920
	805.623	691.578

14. Provisões de Férias e Contingências: A Fundação efetuou provisão de contingência trabalhista para cobrir eventual despesas com rescisão conforme quarto Termo Aditivo (T.A.) item 6.10.1 firmado entre a Fundação e a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás - SES-GO, assinado em 29 de setembro de 2016.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias e encargos	825.656	763.117
Provisão contingência trabalhista	5.312.893	-
	6.138.549	763.117

15. Contas Corrente com a OSS-Fidi: Correspondem ao valor dos recursos da OSS-Fidi alocados ao contrato de gestão, líquidos das saídas de recursos para cobrir tais custos, conforme demonstrado abaixo:

Em 31 de dezembro 2015	(8.909.416)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-FIDI e mútuos de custos rateados	1.333
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	7.911.547
Em 31 de dezembro 2016	(996.536)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-FIDI e mútuos de custos rateados	(3.279)
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	59.398
Em 31 de dezembro 2017	(940.417)

16. Provisões: A OSS-Fidi é parte envolvida em processos judiciais que envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos, cujo risco de perda foi classificado pelos assessores jurídicos da OSS-Fidi, encontram-se em fase de defesa administrativa ou trâmite na esfera judicial. Em 2007 foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil (RFB)) interpôs recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, e sem data prevista, em 2009, a OSS-Fidi constituiu uma provisão que se refere à notificação fiscal de lançamento de débito nº 37.063.204-4 emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). A administração da OSS-Fidi, com base na opinião de seus assessores jurídicos, optou por interromper a provisão em setembro de 2015. Em 2015 a Fundação é autora no processo 002205-88.2015.4.03.6100 de ação de reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição ao PIS, bem como a restituição dos valores indevidamente recolhidos a esse título nos últimos cinco anos por se tratar de entidade beneficiante. A Fundação constitui mensalmente provisão em valor equivalente ao recolhimento em juízo, durante o andamento do processo. O balanço da Entidade registra, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1.939.051 (em 31 de dezembro de 2016: R\$ 1.837.095), correspondente aos processos, cuja movimentação é dada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2015 1.747.933

Constituição -

Constituição - PIS 89.102

Em 31 de dezembro de 2016 1.837.035

Constituição -

Constituição - PIS 102.017

Em 31 de dezembro de 2017 1.939.051

Não há, na Entidade, processos considerados como sendo de perda possível ou ganho provável.

17. Patrimônio Social: O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende os superávits e déficits ocorridos nos períodos.

18. Imunidade Tributária: Característica, Requisitos e Mudança na Legislação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS): Contexto - A Entidade e a OSS-Fidi são imunes à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195º, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Também possuem decisão judicial transitada em julgado, oriunda do mandato de segurança nº 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). De acordo com Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Entidade de Assistência Social, Imunidade, julgado em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Entidade e a OSS-Fidi são imunes à contribuição ao INSS (cota patronal). Finalmente, foi movido processo de ação declaratória pleiteando reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária quanto ao recolhimento da contribuição do PIS, por se tratar de entidade beneficiante de assistência social, nos termos apontados no primeiro parágrafo deste contexto, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional. **Característica da Imunidade** - A Entidade e a OSS-Fidi são sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN) e, por isso, há a imunidade e o usufruto das seguintes características: i) a instituição da imunidade é regida pela Constituição Federal; ii) a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; iii) não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); iv) não há o direito (Governo) de instituir nem cobrar tributo. **Requisitos para Imunidade Tributária** - O artigo 14º do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária e esses estão previstos no Estatuto Social da OSS-Fidi, sendo que o seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (demonstrações financeiras, diário e razão). É aqui declarado que a OSS-Fidi: i) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; ii) aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; iii) mantém a escrituração

...continuação

SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI - CNPJ: 55.401.178/0011-08

de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. **Característica da Titulação de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) e Mudança na sua Legislação** - A OSS-Fidi é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, prevista no artigo 12º da Lei nº 9.532/97 e no artigo 1º da Lei nº 12.101/09. Por isso é reconhecida como entidade beneficiante de assistência social, no qual usufrui das seguintes características relacionadas à isenção fiscal: i) a isenção é regida por legislação infraconstitucional; ii) a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não forem cumpridas as situações condicionadas em Lei (contrapartida); iii) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas não existe a obrigação de pagar o tributo; iv) há o direito, por parte do Governo, de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido. A Lei 12.868, de 15 de outubro de 2013, alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09, que passou, então, a permitir a remuneração de dirigentes estatutários e diretores não estatutários, sob certos limites de valor emanados na própria alteração legal. Com base nessa mudança, a OSS-Fidi decidiu passar a remunerar sua diretoria estatutária. Para tanto, alterou seu estatuto em reunião de seu Conselho Curador ocorrida em 11 de março de 2014. **Requisitos para Manutenção da Titulação de Entidade Beneficente de Assistência Social** - A OSS-Fidi cumpre os seguintes requisitos: **Estatutários** - Remunera seus diretores estatutários dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 12.868/13, de 15 de outubro de 2013, que alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09. • Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. • Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. • Atende ao princípio da universalidade do atendimento, no qual são direcionadas suas atividades exclusivamente para o público atendido. • Tem previsão, nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, de destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

• **Dr. Roberto Gomes Nogueira** - Diretor • **Dr. Marcos Hideki Idagawa** - Diretor Adjunto
José Luiz de Santana - Contador - CRC nº 1SP 212264/O-0 (com comunicação de exercício profissional na jurisdição de Goiás)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem (FIDI) ("Entidade"), cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras do contrato de gestão nº 170/2011 e 5º Termo Aditivo de prorrogação de prazo Secretaria Estadual de Saúde de Goiás elaboradas de acordo com a legislação vigente e relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações são compostas por: balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, de-

monstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer de auditoria independente. Os conselheiros opinam no sentido de que tais demonstrações traduzem com propriedade a posição patrimonial e financeira do referido contrato de gestão e que estão em condições de merecer a aprovação do Conselho Curador em reunião Ordinária. São Paulo, 11 de abril de 2018. Sr. André Luiz Fernandes Sá; Sr. Euben Silveira Monteiro Junior; Sra. Vivian Milani.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros da **Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI**. **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 - SES/GO) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 - SES/GO) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos**: Emitimos nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 - SES/GO) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em 31 de março de 2017 sem modificações. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2018.

PP&C Auditores Independentes - CRC 2SP16.839/O-0
Paulo José de Carvalho - CRC 1SP145.095/O-8 - Contador

Protocolo 71632